



Universidade Federal de São Carlos

Centro de Ciências Humanas (CECH)

**Departamento de Psicologia Bacharelado em Tradução e Interpretação em
Libras/Língua Portuguesa**

Luiza Trindade da Silva

**Desafios e possibilidades da atuação de intérpretes educacionais para a
inclusão de alunos surdos na educação básica**

São Carlos
2022



Universidade Federal de São Carlos

Centro de Ciências Humanas (CECH)

Departamento de Psicologia Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa

Desafios e possibilidades da atuação de intérpretes educacionais para a inclusão de alunos surdos na educação básica

Discente: Luiza Trindade da Silva.

Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa orientado pela profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins

São Carlos

2022

Agradecimentos

Nem acredito que estou escrevendo os agradecimentos rsrs.

À minha orientadora, Vanessa Martins, por toda atenção em responder às minhas mensagens, pelo apoio durante a escrita, e por todo incentivo nos momentos em que me sentia perdida. Eu te admiro muito!

Aos meus pais Débora e Edson, por estarem sempre ao meu lado, vocês são os amores da minha vida! Ana Flávia, você também...

Aos meus familiares, vó estou formando em!

Ao Gustavo, que escuta sempre minhas reclamações e fala “ta suave, você vai conseguir”, obrigada good.

As minhas colegas de curso, Jéssica, Isabella e Bruna, por não soltar a mão de ninguém, por toda ajuda, sem vocês teria sido mil vezes mais difícil, levo vocês no coração e grata pela amizade.

A todas meninas que moraram comigo na república Tapa da Pantera, em especial, Sabrisa, Loka, Soneca, Derruba, Arrasta, Cone, Tequila e Galhardo, vocês fazem parte da melhor fase da minha vida, e sem vocês essa fase não teria tido a menor graça rs.

A amiga que sempre esteve ao meu lado Bruninha, por me acalmar, por me motivar, você é muito importante pra mim.

A todas as pessoas que conviveram com a Perdida.

Aos participantes da pesquisa e aos funcionários que fazem o curso TILSP acontecer!

RESUMO

O presente trabalho compartilha as análises realizadas a partir da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/ Língua Portuguesa. A pesquisa teve como objetivo investigar os dilemas e as possibilidades da atuação de intérpretes educacionais nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, trazendo considerações da inclusão do aluno surdo na educação básica e o impacto dela na formação de tradutores e intérpretes de Libras. A pesquisa problematizou os dilemas desse processo por 3 aspectos: 1) a atuação do intérprete educacional demarcando sua função diante das relações articuladas entre professor regente e Intérprete Educacional (IE), 2) os desafios e as possibilidades de atuação do IE na educação básica e 3) os dilemas e criações de estratégias para interação com professores e alunos surdos na escola. Para responder essas questões foi realizado um levantamento bibliográfico de pesquisas que fundamentam os dilemas atuais da educação de surdos e a presença de tradutores e intérpretes como agentes de mediação entre professores, alunos surdos e o contexto escolar. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com 2 profissionais intérpretes educacionais que atuam ou já atuaram na mediação interpretativa para surdos na educação básica, focando na educação básica. Espera-se que tais saberes possam auxiliar diretamente na formação de IE e nas suas práticas interpretativas e educativas com alunos surdos em contexto de inclusão escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1 Levantamento bibliográfico de pesquisas que envolvem os dilemas da interpretação educacional na educação inclusiva.....	9
1.2 Diferenças educacionais do ensino fundamental (anos iniciais e finais): Educação de surdos em abordagem bilíngue.....	15
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	20
CAPÍTULO 3: ANÁLISES.....	23
3 Análises a partir dos levantamentos de dados coletados no decorrer da pesquisa	23
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
4. Considerações finais.....	34
Referencias.....	37

Introdução

Essa pesquisa refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado para o cumprimento de exigência para a formação em nível de graduação no Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP)¹ da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Ingressei no curso TILSP, no ano de 2018, e minha escolha por esse curso se deu pelo interesse em minha formação e pela possibilidade de colaboração com a comunidade surda. A princípio, eu não tinha contato e nem conhecimento da história dos surdos, mas, durante a graduação, meus princípios mudaram e hoje quero lutar junto pelos direitos linguísticos e pela visibilidade dessa comunidade na sociedade. No decorrer da formação, interessei-me em investigar a relação do TILSP na educação, sempre me perguntei quais os dilemas enfrentados por nós que temos uma formação generalista diante as especificidades que encontramos em salas de aulas por causa da falta de conhecimento de leis e práticas pedagógicas que atingem de forma inacessível todos os alunos, diante disso procuro por vivências dos TILSP nesse contexto com o intuito de colaborar com futuros IE.

Por meio desta pesquisa traçamos um estudo reflexivo-descritivo sobre a atuação de intérpretes educacionais no ensino fundamental: anos iniciais e finais (1° ao 9° da educação básica). Para isso, fizemos inicialmente um levantamento bibliográfico de pesquisas que fundamentam os dilemas atuais da educação de surdos e a presença de tradutores e intérpretes como agentes de mediação entre professores, alunos surdos e o contexto escolar. Foram selecionadas pesquisas de mestrado e doutorado entre 2005 a 2021, porque esse período se deu após a

¹ Doravante apenas TILSP.

regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão (BRASIL, 2002) das pessoas surdas e como língua de instrução que deve ser usada no contexto educativo destes alunos (BRASIL, 2005). Além da proposição do Decreto 5626/05 que ratifica a necessidade de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e as possibilidades criativas destes profissionais no campo da educação de surdos. Como dado reflexivo acerca do direito linguístico posto na educação de surdos, trouxemos narrativas com as experiências de intérpretes educacionais, que atuam neste campo de atuação, para auxiliar na compreensão do cenário investigado.

A inclusão na educação de surdos traz diversas inquietações e impasses. Isso se dá devido à necessidade de o ensino ser feito na língua de sinais, mas o currículo escolar ser majoritariamente materializado pela/na língua portuguesa. Deste modo, se torna fundamental pensar em como adequar o sistema de ensino para uma proposta bilíngue, com instrução em Libras. Muitos municípios têm feito a adequação por meio da presença de profissionais tradutores e intérpretes educacionais. No entanto, dados de pesquisas revelam a dificuldade de compreensão da função do IE no campo da educação, bem como as dificuldades de atuação destes profissionais quando o estudante surdo não teve acesso à língua de sinais fora do espaço escolar (MARTINS, 2008; 2013; 2017). Isso se dá porque, segundo Martins (2013), a relação educativa pressupõe interlocutores formativos em potencial e essa relação de ensino não se dá fora do jogo da linguagem.

Desta forma, inevitavelmente o IE terá um enlace educativo e pedagógico com o aluno uma vez que ele é quem domina a língua de instrução do aluno e vai estabelecendo construções significativas no processo de ensino e aprendizagem (MARTINS, 2008). Em pesquisa mais recente, Martins (2017) aponta elementos desafiadores na prática interpretativa no ensino fundamental II, desde a constituição da aprendizagem se dar de modo mais favorável em alunos que tiveram experiências com docência em Libras nos anos anteriores, ao impacto da relação

com o aluno ser mais proveitosa quando IE e docentes regentes atuam de forma colaborativa e com intencionalidades partilhadas.

Para entender melhor o cenário de atuação e as possibilidades de construção da prática profissional do IE esta pesquisa objetivou desenvolver um estudo reflexivo e descritivo sobre a atuação de intérpretes educacionais na educação inclusiva de alunos surdos no ensino fundamental: anos iniciais e anos finais. Para auxiliar no processo de desenvolvimento da pesquisa, focamos em responder a três questões problemas de pesquisa que se colocam como temáticas centrais.

- Quais os problemas descritos em pesquisas sobre a atuação do intérprete educacional demarcando sua função diante das relações articuladas entre professor regente e IE, levando em consideração a importância da língua de sinais como língua de instrução para os alunos surdos na educação básica?
- Quais os desafios e as possibilidades de atuação do IE na educação básica?
- Quais os dilemas e criações de estratégias para interação com professores e alunos surdos na escola?

Para responder aos questionamentos trazidos no problema de pesquisa foi necessário aprofundar o conhecimento sobre a história do ensino bilíngue para surdos, e a atuação dos intérpretes educacionais. Isso será feito a partir do levantamento bibliográfico das pesquisas que desdobram em análises nesse campo investigativo: educação de surdos e atuação de tradutores e intérpretes de Libras. Além disso, foi preciso também desenvolver uma pesquisa de campo usando a entrevista como instrumento de coleta de dados. Serão, portanto, elaboradas entrevistas com dois IE, que atuam ou já atuaram na educação básica. Como o

estudo foca no desenvolvimento de reflexão sobre a atuação de intérpretes educacionais na educação inclusiva de alunos surdos, pretende-se apontar direcionamentos formativos para futuros tradutores e intérpretes de Libras a partir dos achados desta pesquisa. A hipótese é a de que ainda há incompreensões sobre a atividade didático-pedagógica da função de IE na educação básica. Isso se mantém, na nossa leitura, pela instrumentalização que se faz da Libras e da prática interpretativa que não pode se dar fora da relação entre sujeitos e o envolvimento entre as línguas na relação de apropriação de um novo saber educacional.

Para responder ao objetivo geral do estudo, dividimos este relato de trabalho de conclusão de curso nas seguintes partes: no capítulo 1 fiz um levantamento bibliográfico das pesquisas voltadas à educação inclusiva e a presença do intérprete educacional para auxiliar na temática estudada. Além disso apresento neste capítulo o contexto educativo do ensino fundamental I e II para depois contextualizar a entrada do intérprete educacional neste cenário. No capítulo 2 apresentamos o processo metodológico do estudo que foi baseado nas concepções dos estudos surdos de abordagem social. As análises foram levantadas no último capítulo por meio de entrevistas que realizamos com profissionais TILSP atuantes nas duas etapas do ensino fundamental. Apresento os percursos metodológicos no capítulo 3 e por fim, no capítulo 4 faço as análises do estudo proposto a partir da coleta realizada, por meio das entrevistas que desenvolvi no processo do estudo deste trabalho de conclusão de curso.

Como resultados deste estudo levantamos considerações pertinentes ao campo da educação de surdos que auxiliam no avanço sobre a atuação do IE na educação, trazendo elementos formativos fundamentais para essa área.

Capítulo 1: Levantamento bibliográfico de pesquisas que envolvem os dilemas da interpretação educacional na educação inclusiva

A educação inclusiva foi estabelecida no Brasil desde 1990, por meio de diretrizes legais que advogam uma perspectiva social de inserção de populações, focadas no público com deficiência, outrora marginalizadas das pautas políticas, apontando estratégias educativas que favoreciam a inserção destas pessoas em diversas instituições, dentre elas, a escola comum (BRASIL, 1994).

Portanto, a partir da adesão da política educativa composta pelo campo, Educação Especial, advoga-se nela, ações que instauram a perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), orquestrada a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Assim, algumas diretrizes foram construídas para a consolidação do fazer inclusivo, entre elas o direcionamento ao fechamento das escolas especiais com vistas à entrada de alunos com deficiência na escola comum. Assim, sendo os alunos surdos considerados público-alvo da educação especial, ingressam na escola comum. Vale ressaltar que a inserção da pessoa surda na escola é anterior ao reconhecimento legal da Libras como meio de comunicação e expressão (BRASIL, 2002). Portanto, a educação inclusiva para surdos é proposta de modo a materializar um ensino a estas pessoas por meio da língua oral e na necessidade do aluno surdo se enquadrar na lógica de um ensino pensado para as pessoas ouvintes. Por conta dessa concepção inclusiva, da busca justa pelo ensino comum em salas divididas com crianças ouvintes, na lógica da língua oral, a falta de adequação curricular e a pouca circulação da Libras, bem como a não formação dos docentes nesta língua e nas especificidades de alunos surdos, é que se faz emergir a necessidade de inserção de um sujeito (profissional emergente) para mediar a interação entre surdos e ouvintes na escola (MARTINS, 2004, 2007, 2008; MARTINS; SOUZA, 2011).

Para abordar os dilemas apresentados acerca da atuação e inserção do intérprete educacional no campo da educação, este capítulo traz a perspectiva inclusiva como política de ensino que é responsável pela emergência da presença do profissional tradutor e intérprete de Libras como promotor da acessibilidade do aluno surdo. Dados de pesquisas apontam dilemas educacionais de surdos ao longo da história (LACERDA, 1999; TUXI, 2009; BONFIM E MARTINS 2021).

Portanto, é necessária a compreensão do conceito de escola inclusiva, como perspectiva filosófica que emerge das diretrizes materializadas pela diretriz destacada e amplamente utilizada pelo Ministério da Educação/MEC (BRASIL, 1994) - Declaração de Salamanca - em que afirma que todo aluno deve ter suas especificidades respeitadas. Isso posto vemos a defesa de que o acesso ao conhecimento deva ser entregue de forma igualitária a todos estudantes, mas para que as necessidades de cada um sejam contempladas a escola tem a responsabilidade de se estruturar e auxiliar seus alunos.

Ainda, neste mesmo documento legal importante para a seguridade da acessibilidade: a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), defende o compromisso com a educação para todos, ou seja, nela é assegurado o direito da criança com deficiência estar matriculada em escola de ensino comum².

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se

² Escola comum são sistemas de ensino com vinculação ao Ministério da Educação (MEC) e que são regidos por diretrizes curriculares comuns subsidiadas por essa instituição, compondo o sistema denominado de educação básica, obrigatória para todas as crianças e adolescentes para a comprovação da instrução básica preparatória para o mundo do trabalho e para o ensino superior.

comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (BRASIL, 1994, s/n).

Ainda no contexto da educação inclusiva, além de assegurar o direito a todos, focando em incluir os alunos com deficiência em salas comuns de ensino, o Decreto 6.571 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, compreende que o público da educação especial deve ter um acompanhamento especializado em contraturno ao horário de escolarização em salas comuns, dispondo de um conjunto de atividades que possam complementar ou suprir o processo de aprendizagem do aluno fora do horário de sua instrução em sala de aula.

Entretanto, nem sempre existiram políticas que apoiassem as pessoas com deficiência e mais, as pessoas surdas, consideradas público da Educação Especial, vinha reivindicando o direito de ter seu ensino por meio da língua de sinais para que os surdos pudessem ser contemplados em suas demandas. Portanto, a luta da comunidade surda é árdua e contínua para que seus direitos sejam não apenas reconhecidos, mas também atendidos.

O reconhecimento tardio da língua de sinais (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005) como meio de comunicação e, mais o direito de uso dela na escola, como língua de produção de conhecimentos, ocorre devido ao preconceito ou “ignorância” das possibilidades comunicativas dos surdos tendo essa língua como meio de expressão e de vida à pessoa surda. Essa ignorância, atrela-se à antiga sociedade porque grandes formadores de saber, como Aristóteles e o impacto das concepções advindas da Igreja católica foram elementos que prejudicam a comunidade surda. Aristóteles dizia que a pessoa surda era um indivíduo incapaz de ter uma consciência, pois acreditava que o pensamento só era possível se constituir através

da comunicação, a fala oral, já a igreja católica via o surdo como um indivíduo imortal pois não conseguiam proferir os sacramentos da mesma, esses estigmas demoraram para serem desacreditados.

Com o passar dos anos, estudiosos começaram a olhar mais para os surdos, alguns pensavam em como “corrigir essa deficiência”, outros procuravam por maneiras naturais de ensinar pessoas surdas, a partir disso, métodos de ensinamentos como oralismo, e o uso da língua de sinais passaram a serem discutidos e usados em escolas. Em 1880 aconteceu o *Congresso de Milão*, grande marco negativo para a comunidade surda, este evento defendia os dois métodos de ensinamentos citados anteriormente, Abbe L’Eppe um francês era a favor de práticas que envolvem a língua de sinais para ensinar pessoas surdas, Samuel Heinicke alemão trazia como idéia métodos oralistas para o ensino. A maior parte das pessoas no evento eram ouvintes e pouco se importavam com a comunidade surda, a votação decidiu que o melhor jeito de lecionar era usando práticas oralistas, portanto a língua de sinais foi proibida por quase um século.

No Brasil, apenas em 2005, com a regulamentação legal do Decreto 5.626, foi concedido ao indivíduo surdo o direito de ter um profissional mediador entre línguas e culturas dentro da sala de aula, a língua de sinais passa a ser reconhecida como L1 e a língua portuguesa L2 na modalidade escrita, ou seja, segunda língua do surdo, nesse contexto o bilinguismo passa a ter como proposta que alunos da educação básica tenha como professores e instrutores pessoas que dominem a Libras e que o conteúdo seja disponibilizado a partir dela.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe (BRASIL, 2005, s/n).

Diante da perspectiva de adesão ao modelo bilíngüe, seguimos nosso olhar voltado para a educação de surdos para pensar qual a melhor forma de ensinar, ou

de aprender, considerando a singularidade de cada indivíduo e sua maneira de se expressar,

É preciso que o professor construa pontes de significação entre o conhecimento prévio que o aluno traz e o conhecimento que será abordado na escola. Ensinar significa mais do que transmitir conteúdo: implica atuar procurando interagir a estrutura motivacional do aluno que se encontra unida aos processos do pensamento (TACCA, 2006).

A presença do IE foi sendo compreendida como um agente de acessibilidade, como se por meio de sua interpretação, ou seja, da mediação que faz entre as línguas orais e de sinais, dessem conta da inserção do aluno surdo. É como se os conteúdos e o modo de funcionamento da escola comum não precisassem sofrer mudanças estruturais, com a presença de IE na escola comum. Alguns trabalhos como o de (MARTINS, 2008, 2013; TUXI, 2009) apontam que, a partir dessa instrumentalização da figura do IE, os fracassos escolares de surdos e a falta de adesão e inserção do aluno surdo se mantêm.

A entrada do IE na escola nasce da reivindicação do direito linguístico do aluno surdo e nestas mesmas lutas insere-se a defesa da compreensão de sua 'identidade profissional' por meio da distinção dos fazeres do IE em relação à atividade do docente regente.

Na pesquisa de mestrado e doutorado de Martins (2008, 2013) a autora aponta os problemas emergentes da política inclusiva, postas na atuação do IE, que ela chama de TILSE (Tradutores e Intérpretes de Libras Educacional). A autora opta por essa nomenclatura porque defende que a inclusão cria o paradoxo na atividade profissional desse sujeito, na medida em que ele fica no entremeio entre 'interpretar' X 'ensinar' porque, para ela, a esfera educacional, a sala de aula, pressupõe em si uma relação pedagógica, de condução educativa ao aluno (outro).

Na pesquisa de mestrado de Tuxi (2009) a autora aponta problemas relacionados às políticas públicas e a falta de conhecimento dos demais

profissionais que trabalham dentro do ambiente escolar sobre qual seria de fato seu papel na sala de aula. Afirma que o IE (intérprete educacional) exerce em sala de aula práticas para além do que deveria fazer. Para a autora a inclusão se dá por meio de práticas pedagógicas criada em conjunto entre professor e IE, porque ao inserir o surdo na sala comum o intérprete acaba exercendo parcerias com o educador para fins da aprendizagem do aluno surdo. Mas, reitera a falta de profissionais qualificados, com conhecimentos acerca das especificidades linguística da libras e das questões pedagógicas que interferem na prática de IEs. Martins (2013) na mesma direção, aponta distinção dentre 'papel' e 'função' do intérprete em contexto de ensino e avalia que os estudos tem olhado mais as questões prescritivas da atividade, ligado ao papel, todavia, é necessário olhar para as práticas e aquilo que efetivamente o cotidiano de sala de aula demanda e daí sim adotar uma postura que fala das funções desse ator em contexto de uma educação inclusiva.

Com isso posto, é importante destacar a função do IE, para além das prescrições nomeadas por um 'papel'. Essa discussão é necessária para que se expanda a compreensão complexa da atividade interpretativa em contexto inclusivo. Deve-se levar em consideração que junto ao professor a atuação do IE torna possível pensar na melhor forma de incluir o surdo no contexto escolar, mais especificamente no jeito de ensinar, porém, muitas vezes são atribuídas outras funções a ele, como mostra Lacerda (2005):

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula em relação a alunos surdos e ouvintes, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. (LACERDA, 2005, s/n.)

Ao pensar nas atribuições que são dadas ao intérprete, é indispensável que o professor responsável pela turma compreenda a importância desse profissional e como o trabalho em equipe junto com ele pode enriquecer o aprendizado da criança surda, assim como mostra Tuxi (2009), apontando que

A inclusão não depende apenas de acessibilidade ao espaço físico ou adequação dos recursos pedagógicos utilizados. É preciso também tornar acessível a forma de linguagem como meio de comunicação entre o surdo e todos que fazem parte do seu processo educacional. (TUXI, 2009, pg 21)

Esse trabalho coletivo entre professor e intérprete é pouco discutido no ambiente escolar, o bilinguismo é uma proposta nova e tem como perspectiva trabalhar com duas línguas, poucos são os professores que compreendem e sabem como utilizar da mesma com seus alunos “O educador precisa mudar suas perspectivas e tornar o ambiente escolar um local significativo para o aluno.” (TUXI, 2009, s/n). Tuxi ressalta que trabalhar com práticas que não respeitam as diversidades dos surdos não traz uma construção de significado para eles, visto que isso leva-os apenas a reproduzir o que foi ensinado, sem se apropriar do aprendizado.

Ao propor práticas pedagógicas no ensino bilíngue e apontar as especificidades, os dilemas e as ações cotidianas de IE, cria-se oportunidades de construção de um ensino de fato inclusivo para os alunos surdos e sua inserção ética no ambiente escolar.

1.2 Diferenças educacionais do ensino fundamental (anos iniciais e finais): Educação de surdos em abordagem bilíngue

A educação básica é subdividida em Educação infantil, Ensino Fundamental I e II (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio. Esse período corresponde a pelo

menos 13 anos da vida do aluno. Fomos neste estudo o maior percurso da escolarização, o ensino fundamental I e II que somam-se 9 anos de sua escolarização.

Nestas etapas, segundo descrições trazidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o aluno deve, em sua primeira etapa, se alfabetizar na apropriação do código escrito da língua portuguesa para aprender a interpretar textos educativos como fonte instrumental de acesso aos conteúdos didáticos especializados por ele na segunda etapa de ensino.

Embora nos anos iniciais (1º a 5º ano do ensino fundamental I) o aluno tenha conteúdos interdisciplinares das áreas de ciência, geografia e história, o foco do pedagogo deve ser no ensino da alfabetização e do letramento por meio do ensino da leitura e escrita e no ensino das quatro operações lógico-matemáticas (soma, subtração, multiplicação e divisão).

Ao abordar os anos iniciais do ensino fundamental, o documento aponta que o aluno consegue progredir seu nível de conhecimento a partir de aprendizagens anteriores, assim ele pode ampliar a linguagem e experiências interculturais. Nesta etapa, as práticas pedagógicas são organizadas através do interesse manifestado pelas crianças em relação às experiências vividas por elas. O documento foi construído com base no pensamento paulofreireano.

Para que o aluno tenha um bom desenvolvimento no cenário escolar, é pensado na constância entre a primeira e segunda etapa do ensino fundamental. Na etapa do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) o aluno tem como professor uma pessoa generalista, formado em pedagogia. Já na etapa do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), temos professores especialistas, licenciados em diversas áreas, para atender ao aluno em sala de aula por meio de um conhecimento disciplinar. Ao emergir nesta fase é importante que professores se atentem às dificuldades dos alunos.

“tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental - Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas,

visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.”
(BNCC, 2017, p. 60)

Portanto, é fundamental que o aluno tenha domínio do código escrito da língua portuguesa para avançar na sequência de estudo proposta pelo currículo escolar. Nesse sentido, pensar numa educação bilíngue, como proposta para alunos surdos é um desafio, uma vez que a língua portuguesa se coloca como a língua de acesso aos conteúdos. A entrada do intérprete em si não promove as alterações estruturais necessárias, nem metodológicas, nem didático-pedagógicas, colocando-se de imediato como uma atividade desafiadora, pela falta de repertório educativo para os ajustes que o ensino de surdos carece.

Pensando nos anos iniciais do ensino fundamental, a BNCC propõem como objetivo a alfabetização do aluno, na primeira etapa as estratégias pensadas para o ensino da leitura e escrita se dá através da sonorização, acredita que práticas vividas pelos alunos dentro e fora de sala de aula (convivência familiar) possa auxiliar as crianças no desenvolvimento da oralidade, é a partir dela que o mesmo será alfabetizado.

[...] conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras. (BNCC, 2017, p. 90).

Ao estudar o processo de alfabetização é possível perceber que a política de ensino da alfabetização escolar, não atende as necessidades de todo o público presente na escola, principalmente quando pensamos em crianças surdas que não terão sucesso no ensino, no acesso e apropriação da escrita, se as práticas educativas se pautarem de metodologias que usam a sonoridade para a construção do sistema da escrita, tal qual aponta na diretriz e se coloca como pauta teórica de formação no curso de pedagogia - incluindo a abordagem de ensino da escrita baseada em teorias construtivistas como as de Emília Ferreiro que apontam fases de desenvolvimento silabar, relacionadas a correlação fonema-grafema.

Todavia, o documento advoga que é importante que o aluno ao terminar o terceiro ano do ensino fundamental, já seja alfabetizado, dominando o código escrito. Ao focar na questão de acessibilidade nesse processo, encontramos dois desafios, o primeiro, é a questão da relação familiar da criança surda que é filha de pais ouvintes, que muitas vezes chega na escola sem conhecimento sequer de uma língua que lhe seja favorável, como a Libras. O segundo ponto a se colocar é como alfabetizar o surdo com as estratégias pressupostas de ensino, o uso da sonoridade e fonemas. E mais, como o fazer se a criança está ainda em processo de aquisição da Libras, em processo, na maior parte das vezes, tardio de linguagem.

Peixoto (2006, p. 226) na mesma direção aponta que “há lógica e regularidade na escrita inicial da criança surda, mas essa não é uma lógica sonora e isso, certamente, se choca com as práticas alfabetizadoras ainda tão arraigadas à ideia de que para escrever é preciso falar.”

Pensando em práticas que utilizam a oralidade como método de ensino, percebemos a exclusão do indivíduo surdo das práticas educativas. Nascimento (2015) ressalta a importância da visualidade para eles, diz que a partir da visualidade que ele irá se desenvolver e produzir conhecimentos. Pensando assim, é perceptível que o documento ao propor um ensino com métodos unificados de ensino, para surdos e ouvintes, não dispõem de estratégias que possam atingir a todos, deixando assim, os surdos em desvantagens.

Ao aprofundar a leitura da BNCC, o documento mostra a língua portuguesa sendo dividida em duas modalidades, com processo de ensino de duas competências: oral e escrita. Segundo o documento, estas modalidades estão ligadas ao processo de alfabetização e letramento do aluno e devem ser trabalhadas nos anos iniciais. Percebemos que este ponto não contempla a diferença linguística do indivíduo surdo, já que a língua de sinais é composta pela modalidade gesto-visual. Desta forma, práticas diferentes devem ser pensadas para o acesso da escrita pelo surdo e deve-se pensar qual o melhor momento para isso, dado a aquisição tardia de linguagem. Ramos e Martins (2018) refletem sobre a falta de

atenção do documento em não considerar a concepção bilíngue de ensino, assegurado por documentos oficiais, ao compor o currículo escolar.

Por conta da falta de adequação aos elementos e especificidades da criança surda, as pesquisas apontam que o IE acaba exercendo uma função de educador, pois é ele que conseguirá promover atividades que possam auxiliar na construção de conceitos para o aluno surdo, na língua de sinais. Pauta sequer apontada na BNCC (RAMOS; MARTINS, 2018).

Todavia, embora as práticas mostrem que o IE é quem mais atua com a criança surda, há precariedade formativa nesta área. Lacerda & Polleti (2004) relatam o trabalho de dois pesquisadores que tinha como foco encontrar definições para a função do intérprete em ambiente escolar. Foi concluído que uma grande parte desses profissionais não utilizam a língua de sinais com um grau de fluência para a atuação, utilizando o bimodalismo (mescla comunicativa entre a língua portuguesa e a língua de sinais) como prática, isso se dá porque os profissionais não estão qualificados e mais, muitos alunos não dominam a língua de sinais. Esse ponto é extremamente delicado, uma vez que a escola tem sido o espaço de aquisição da língua de sinais. Se o profissional IE, colocado como modelo interativo nesta língua não a domina, qual a qualidade de aquisição de linguagem esse aluno surdo terá? Nos anos iniciais a legislação defende que o aluno tem que ser instruído por professores bilíngues e não por IE. Isso por causa do processo de aquisição tardia de linguagem, mas a realidade de muitos municípios é a de contratar IE também nessa etapa, ainda que indicado outro profissional: pedagogos bilíngues e instrutores de Libras, de preferência surdos.

Já os anos finais do ensino fundamental é o momento em que há uma mudança um pouco mais complexa para os estudantes. Nesta fase é introduzida diversas disciplinas e o contato com muitos docentes especialistas é uma realidade. É esperado que o aluno já tenha um domínio de leitura e escrita para que possa ser usado como base para seguir com as novas demandas de outras disciplinas. Os alunos surdos muitas vezes começam, nesta etapa, a entender melhor a Libras, e

na maioria das vezes não se apropriaram ainda da escrita da língua portuguesa. Nesta etapa o brincar não faz mais parte do aprendizado, o aluno se depara com mais professores e com isso, matérias mais específicas.

Não há mais a preocupação com a alfabetização porque nesta etapa o ensino da Língua Portuguesa é pensado mais em sua estrutura ortográfica, na interpretação de textos e na gramática, por exemplo. Tuxi (2009) diz que a forma de atuação do IE é influenciada pelo nível de conhecimento que o surdo tem sobre a língua e o assunto que está sendo sinalizado, é a partir disso que o profissional consegue se moldar para melhor transmitir o conteúdo que está sendo trabalhado. Pensando nisso, é importante que durante o processo do Ensino Fundamental I, a diferença linguística dos surdos seja incluída nas estratégias de ensino, assim é possível criar uma base e desenvolver o conhecimentos desses alunos, criando de fato um método de ensino que inclua a todos dentro das propostas pedagógicas.

Na etapa do ensino fundamental II os IE acabam tendo o desafio de estabelecer uma relação harmônica com todos os docentes especialistas, enquanto na etapa anterior, o desafio era de estabelecer vínculo com poucos docentes, o pedagogo, o professor de artes e educação física. Assim, ao pensar nas possíveis práticas de ensino é inevitável falar da relação de parceria que o intérprete educacional deve ter com os professores. Tuxi (2009) aponta que quando o intérprete não tem domínio sobre um determinado assunto acaba ocultando algumas informações que são passadas durante a aula, por isso, é necessário que exista um preparo sobre o conteúdo da aula anteriormente, em colaboração com o IE, esse trabalho é chamado de co-docência para a atuação tradutório-interpretativa do IE com aceno as escolhas pedagógicas discursivas em Libras.

Faremos uma análise melhor deste processo no capítulo analítico em que traremos dados das falas dos participantes.

Capítulo 2: Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida através de um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso. Para Gil (2008) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p 58.). A partir desta afirmação é possível compreender a importância da pesquisa de campo como observação crítica do cenário estudado para entender as limitações e dilemas de nosso objeto de estudo. No nosso estudo, selecionar participantes IE para entender suas percepções de suas práticas é refletir na história da educação de surdos e os atuais dilemas educativos que enfrentam os profissionais IE diante dos alunos surdos em escolas regulares inclusivas.

Para a pesquisa realizei inicialmente o levantamento histórico bibliográfico, em pesquisas de mestrados e doutorados que abordam os desafios da interpretação em contexto de ensino. A seleção dos trabalhos teve como recorte o período de 2005 a 2021 por conta da regulamentação da Libras ter se dado em 2005. Buscamos olhar os desdobramentos após a regulamentação da Libras e o direito do aluno surdo de acessar o ensino por essa língua.

Esse período se justifica por conta da regulamentação da Libras e entrada do IE na educação. Esse levantamento foi importante para fundamentar os dilemas e as possibilidades criativas dos IE nas escolas regulares. Além disso e após esse estudo bibliográfico realizei entrevistas com 2 profissionais intérpretes educacionais que atuam ou já atuaram na mediação interpretativa para surdos na educação básica. O contato com os intérpretes foi realizado através da associação de surdos de São Carlos, sendo encaminhado um e-mail apresentando a pesquisa, convidando os intérpretes cadastrados na associação para participarem do estudo se estivessem dentro do nosso critério de seleção. Após o convite só obtive resposta de aceite de participação de dois profissionais. Como a pesquisa se deu no período da pandemia, as coletas feitas por meio de entrevistas se deram em ambiente

remoto, por meio do Google Meet, cada entrevistado teve uma hora individualmente para compartilhar suas experiências como IE.

A primeira intérprete participante da pesquisa é formada em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, na UFSCar, mestre em Educação Especial, trabalha como IE desde 2021, vou chamá-la de IE - PS. Foi escolhida essa participante porque gostaríamos de compreender os dilemas enfrentados por ela na etapa do Ensino Fundamental II, sendo ela uma sala de 6º ano e além disso, quais as vantagens trazidas pela sua formação inicial no campo específico de atuação (Formação em TILSP). Além disso, trataremos abordagens relacionadas à uma sala do 2º ano do Ensino Médio, pois nela, encontramos dois alunos desta IE que estão passando tardiamente pelo processo de alfabetização na língua portuguesa, e segundo a IE, um dos alunos traz problemas de conteúdos do ensino fundamental II que estão sendo trabalhados por ela e os professores regentes no Ensino Médio. Analisamos por meio da fala desta participante os dilemas de um profissional diante das dificuldades encontradas no trabalho do IE em contexto de ensino da educação básica, quando se tem docentes especialistas e conteúdos disciplinares dados em horas-aulas programadas.

A segunda intérprete participante da entrevista, é formada em pedagogia em uma instituição privada. Realizou mestrado em educação especial e atualmente está no doutorado em educação especial na UFSCar. Trabalhou como IE por 7 anos em uma escola polo no município de Rio Claro, nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Vou chamá-la de IE-TB. A seleção desta participante foi de extrema relevância para o estudo por trazer, por meio de suas falas, dados das estratégias pedagógicas e dilemas encontrados entre o 1º e 5º ano. Estes conhecimentos auxiliam os futuros profissionais tradutores e intérpretes que atuam neste contexto. A IE-TB acompanhou o aluno surdo e a mesma turma, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. Desta forma, a IE-TB aponta a importância que ela vê na continuidade do trabalho do IE com o aluno surdo que está em aquisição de

linguagem, tendo relevância um olhar mais pedagógico para esta atividade, dado que deve ser pensado para a formação dos intérpretes que atuam em contexto de ensino.

O instrumento utilizado na pesquisa se deu pela entrevista realizada com roteiro semi-estruturado, além do estudo teórico e embasamento por autores dos Estudos Surdos para análise dos dados coletados para a presente pesquisa. A pesquisa teve aprovação do comitê de ética com número de processo 5.526.323. Os encontros foram todos gravados e realizados como estão descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados pelos participantes. A pesquisa seguiu as normas éticas postas pela Resolução 510/2016 do CNS que rege as pesquisas na UFSCar. Reitera-se que todos os processos só foram realizados após a aprovação do TCLE e do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP), da UFSCar.

Capítulo 3: Análises

Análises a partir dos levantamentos de dados coletados no decorrer da pesquisa

Após a descrição metodológica e dos apontamentos acerca do que as pesquisas têm apresentado sobre a atividade do IE, os desafios que se colocam na educação inclusiva, iniciamos aqui as observações, trazidas por meio da coleta de dados realizada para a presente pesquisa, que tematiza o contexto de atuação do IE, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Objetivamos com isso trazer considerações sobre as demandas atuais postas na atividade de IEs. Portanto, faremos aqui análises das concepções trazidas nas duas entrevistas realizadas de modo a entrelaçar os estudos que fizemos, às vozes deste participantes.

Iniciamos apresentando a participante IE-TB que foi intérprete educacional na educação básica e hoje atua no ensino superior. IE-TB atuou nos primeiros anos do ensino fundamental pelo período de 7 anos. A formação da IE é em pedagogia correspondendo ao que o Decreto 5626/05 (BRASIL, 2005) preconiza acerca da formação necessária para o profissional que atua neste nível de ensino. O documento legal menciona em seu artigo quinto que:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe (BRASIL, 2005, s.n).

Assim, o documento direciona o curso formativo, mas não passa a ser uma prática efetiva das redes educacionais, na medida em que, pelas falas das participantes, ambas mencionaram que o município nem sempre exige essa formação específica em pedagogia, levando em consideração o conhecimento da Libras pelo candidato, uma vez que fica evidenciada a concepção de que a atividade do IE se relaciona apenas na transposição entre discursos de uma língua para outra.

Essa mesma concepção também é reforçada quando IE-TB aponta que sua atuação no município era vista como sendo a exercida por um profissional intérprete (tendo exigência por vezes apenas do ensino médio) e não efetivamente como uma educadora bilíngüe, embora ela, em sua fala que percebe que exercia a co-docência junto a professora regente e que sua formação em pedagogia foi de fundamental relevância para a atividade exercida na atuação de IE. Sobre a necessidade de conhecimentos pedagógicos ao IE nos anos iniciais, a participante IE-TB menciona que:

Excerto 1 - Conhecimentos pedagógicos - IE anos iniciais

Entendo que tem diferença por que o IE, como eu atuei no fundamental I, ele tem muito mais a visão pedagógica, ele realiza muito mais um trabalho em parceria com o professor, às vezes chegando a atuar como um

pedagogo bilíngue, por isso a diferença (Recorte de Entrevista para Coleta de Dados, IE-TB)

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Ainda nessa direção, a participante IE-TB aponta que na prática a co-docência é inevitável, uma vez, que pelos alunos não terem domínio da Libras, precisa sempre pensar pedagogicamente na qualidade da intervenção e de que modo poderá trazer o conhecimento trazido pelo professor e servir de interlocutor em potencial para a aquisição de Libras do aluno que acompanha. Tais temas são pouco trabalhados ou raramente abordados nos currículos formativos de TILS (Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua de Sinais), uma vez que não é considerado demanda do TILS atuar no processo aquisicional de crianças surdas, mas na mediação entre línguas. De Lucca (2020) em seu trabalho de conclusão de curso apresenta uma análise dos projetos políticos pedagógicos dos curso de formação de TILS e menciona que, em sua maioria, o foco dos cursos está na construção de competências comunicativas na Libras e competências tradutórias entre as línguas, Libras e Língua Portuguesa. Além disso, há grande foco da apropriação pelos estudantes dos aspectos linguístico-culturais que perpassam as comunidades surdas e as variadas formas enunciativas de pessoas surdas, com foco central em adultos.

As análises dos currículos nos indicam a relevância dos temas e conteúdos voltados aos aspectos culturais da surdez uma vez que o profissional intérprete emerge nesse cenário de petição surda ao reconhecimento de suas diferenças linguísticas (MARTINS, 2008). Vale lembrar, ainda, que a educação é a principal ferramenta para a conscientização da leitura crítica de mundo e que possibilitará uma formação e consolidação profissional a atividade do TILSP. Por fim, os cursos de formação para TILSP aparecem como uma demanda para atender a inclusão dos surdos na educação e a inclusão da língua brasileira de sinais na sociedade. É requisito para se garantir a acessibilidade conforme previsto na Lei de Acessibilidade 5296/2004 (BRASIL, 2004). Os projetos de curso, ambos, refletem as lutas e entraves do momento social que carece a inserção dos surdos na vida pública visando à formação de tradutores e intérpretes de Libras como

competência e domínio da língua estudada bem como saberes culturais, a serem adquiridos ao longo da formação (DE LUCCA, 2020, p. 50).

A participante IE-TB em concordância com a pesquisa mencionada acima, de De Lucca (2020), também observa que na formação curricular é deficitária nessa área porque não há temas que se voltem especificidades para a atuação do TILSP com crianças surdas, menos ainda a menção de estratégias para o trabalho com crianças em condição de aquisição tardia de linguagem e que é um desafio na prática, uma vez que a criança resiste em olhar o IE, que ela não para na carteira e que sequer sabe a função do professor e da escola. Nota-se que algumas formações sequer abordam as teorias aquisicionais porque não vê nelas potencial base teórica para a instrumentalização formativa que posteriormente será usada na atividade do tradutor e intérprete de Libras. Todavia, IE-TB apresenta ser essa uma condição de intervenção que se coloca na prática e que foi reforçada muitas vezes no decorrer das entrevistas realizadas.

Excerto 2 - Atuação na Co-docência e os impactos na formação do TILSP

...outros momentos enquanto os alunos (ouvintes) estavam por exemplo, fazendo a leitura do texto, respondendo algumas questões, eu fazia essa intervenção pedagógica, eu fazia a leitura junto com os alunos, trabalhava paralelo a questão da língua portuguesa, a segunda língua na modalidade escrita, então o conhecimento e reconhecimento de algumas palavras, e a leitura e compreensão do texto proposto para o dia(Recorte de Entrevista para Coleta de Dados, IE-TB,)

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Martins (2008, 2013) menciona em seus estudos, os dilemas acerca da concepção do IE na educação e afirma que tais contradições são resultantes pela lógica inclusiva e a manutenção de predominância do ensino voltado aos alunos ouvintes.

Triste modelo esperado quando se tem um aluno surdo e a língua que o professor ensina não é a que o aluno aprende, mas é por ela que sairá a avaliação. Há, portanto, algo esperado e que deverá ser testado se o discípulo tiver recebido o ensinamento da melhor forma, bem clara. (MARTINS, 2013, p. 155)

Em relação ainda a aquisição tardia de linguagem IE-TB relaciona a falta de interlocutores em potencial às crianças surdas em contexto familiar quando filhos de pais ouvintes. Para enfrentar essa questão, Tuxi (2009) ressalta a importância de tornar o ambiente escolar um local significativo para o aluno e um contexto de qualidade para a apropriação da Libras. Devido a falta de uso de uma língua efetiva com seus pais, a escola que trabalha numa abordagem social da surdez e que tem na Libras a língua de instrução formativa, acaba oferecendo o serviço de interpretação, uma vez que a educação inclusiva de surdos tem se estruturado predominantemente por meio dessa forma de oferecimento de acessibilidade. As autoras a seguir relatam a seguinte descrição dos IE:

O intérprete de língua de sinais (ILS) é uma figura importante para que os alunos surdos, usuários da LIBRAS, tenham acesso não apenas aos conteúdos escolares, como também a oportunidades de inserção/interação social no espaço escolar. Sua função é de viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes, atuando na fronteira entre os sentidos da língua oral (português) e da língua de sinais em um processo ativo, dinâmico e dialético. (LACERDA; SANTOS, 2014, p. 206).

No entanto, Lacerda (2010) amplia a concepção da atuação do IE e nos alerta sobre os problemas de redução da educação bilíngue inclusiva apenas na presença da figura do IE na escola já que para aluno surdos, nos anos iniciais, embora a escola tenha a proposta da alfabetização, ela não leva em consideração a diferença linguística da criança surda, nem a condição de aquisição tardia de linguagem. Além desse alerta amplia a descrição prescritiva do IE em contexto escolar, corroborando com as perspectivas anunciadas por Martins (2013) acerca da função pedagógica adotada por IE, por conta das implicações postas por essa esfera de atuação.

Lacerda (2010) ressalta que o trabalho de interpretação não se restringe apenas a um trabalho linguístico, pois os campos culturais e sociais precisam ser considerados, além dos aspectos didático-pedagógicos. Para além do conhecimento da gramática da língua, é importante conhecer os diferentes usos da linguagem, as esferas de atuação, aspectos da intervenção para realizar com maior profissionalismo a atividade interpretativa em sala de aula. Cabe ao intérprete fazer escolhas e procurar expressar-se de maneira a produzir um novo enunciado que atenda o acesso a mensagem original, refletindo as características da língua de chegada, sem deixar traços da língua de partida. Sendo assim, os cursos de extensão de forma continuada devem buscar o aperfeiçoamento da língua, o conhecimento da cultura surda e dos aspectos que envolvem essa língua, assim como as particularidades da interpretação nos variados contextos comunitários, como, por exemplo, o contexto escolar (LACERDA, 2009). Isso porque cada cenário é diferente e demanda reflexão das especificações da interpretação em cada um destes contextos (DE LUCCA, 2020, p.20).

Assim, repensar a formação e atentar às especificidades de cada umas das esferas de atuação do TILS, é uma demanda real. Porque, uma criança surda com aquisição tardia, a interpretação na Libras, além de manter o conteúdo verbal inacessível, pela falta de domínio da língua, a escola se transforma em um lugar excludente, porque deixa de se ocupar com o cerne da questão em jogo. Por outro lado, é comum a escola buscar que o IE ofereça o ensino da Libras, porque muitas vezes, aquele ambiente é o único favorável para isso. Mas, é importante reforçar que uma primeira língua deve ser adquirida de forma natural, em contexto de enunciação comunicativa e não de forma sistemática como fazemos com uma segunda língua. Além do IE não ter fundamentos para pensar nestes processos, não nos parece que a formação de TILS tem debatido estas questões e se, em contexto educativo bilingue, quando a escola passa a ser espaço de aquisição de linguagem para surdos, se o IE que atua neste espaço, fará parceria para o desenvolvimento de tal processo.

Dando enfoque ainda as questões de aquisição tardia, a participante IE-TB aponta que:

Excerto 3 - Contexto formativo-familiar das crianças surdas atendidas pela participante IE-TB

A maioria dos alunos surdos eram filhos de pais ouvintes, então a aquisição da libras foi tardia ela vinha acontecendo no mesmo processo educativo, o que a gente sabe que não é o ideal, eles deveriam chegar já com um repertório linguístico bom para poder acompanhar a aula, mas não era a realidade da onde eu atuava, eles chegavam sim com uma aquisição de libras tardia, e por isso a gente trabalhava com a disciplina de libras, a disciplina de libras voltada para a aquisição por meio das temáticas propostas na sala de aula, então de história, geografia, matemática, a gente aproveitava da temática do dia, do conteúdo do dia, para que tivesse o ensino da língua de sinais, esse ensino era feito infelizmente era ofertado por mim, tradutora e pedagoga pq nós não tínhamos o cargo do professor surdo na escola, essa oferta era feita por mim, era feita as vezes no contraturno na sala de recursos devido a demanda do dia, às vezes a gente nao conseguia fazer essa oferta pq a necessidade deles se voltavam a compreensão da temática, a experimentação desse mesmo conteúdo, então mesmo tendo um dia fixo no cronograma semanal, as vezes a gente tinha essa flexibilização de fazer essa oferta tando em dias a mais na semana quanto em contra turno

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Portanto, o maior desafio apontado pela participante e que queremos reforçar nesta pesquisa é a compreensão da necessidade de atuação interventivo-pedagógica do IE nos anos iniciais como apoio e base para a aquisição de língua e conteúdo em parceria ao professor regente. Embora os cursos de formação de TILS ignorem essa questão, na prática isso tem que se efetivar, se não a exclusão da criança surda se torna fato, mesmo com a inserção do profissional IE na escola.

Em relação aos anos finais, faremos algumas correlações de nossos estudos com os dados levantados na entrevista de nosso segundo participante. Observamos tensões acerca da função exercida em sala de aula e a falta de repertório prático na formação inicial para o preparo para a atuação em salas de aulas.

Na fala da participante desta etapa pudemos verificar alguns dos dilemas enfrentados e que coincidem com apontamentos das pesquisas. A participante IE-PS atuou nos anos finais do ciclo preparatório que objetiva o fechamento do ensino fundamental, sendo ele nomeado por ensino fundamental II. A participante

também atua com dois alunos que estão matriculados no segundo ano do ensino médio, todavia. Um dos alunos acompanhados por IE-PS tem diagnóstico de surdez e deficiência intelectual, e mesmo tendo passado por programas bilíngues, o mesmo ainda não domina a escrita da língua portuguesa e apresenta fragilidades enunciativas no uso da Libras, ou seja, não transita bem na norma padrão da Libras, uma vez que apreendeu ela tardiamente. IE-PS menciona que ambos os alunos do ensino médio, por ela acompanhados, “não fazem bom uso da língua portuguesa e, além disso, não possuem certa fluência na língua de sinais” (IE-PS, 2022). A IE-PS é formada no curso de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, e é mestre em Educação Especial.

A participante reitera várias vezes em sua fala que mesmo tendo formação em tradução e interpretação, sentiu falta de maiores orientações formativas que lhe direcionasse para enfrentar os dilemas e impasses do profissional IE, uma vez que, para ela, em relação ao curso de bacharel, a sensação é de que “há uma maior preocupação com o acesso dos alunos na língua de sinais, com pouco adensamento em cada esfera atuativa e suas especificidades.”

IE-PS reforça em sua fala que falta o reconhecimento das ações deste profissional no campo da educação e verifica esse desconhecimento é por parte da instituição. Menciona que a escola que ela atua pouco sabe de seu trabalho e das necessidades educativas do aluno surdo. Sobre a sua atuação na escola, percebe faltar “reconhecimento dos demais prestadores de serviço da escola daquilo que de fato ela está ali para fazer” (IE-PS, 2022). Aponta ainda que isso acontece porque o tradutor e intérprete de Libras é visto numa perspectiva assistencialista, mesmo tendo o reconhecimento de sua profissão já. Para a instituição percebe um distanciamento do aluno surdo redobrando as suas atividades de modo que sobrecarrega o IE como se fosse apenas sua responsabilidade “atender a todas as demandas do aluno surdo, dentre elas, ensinar e até mesmo “cuidar” do aluno” (IE-PS, 2022). A participante reitera que isso fica ainda mais claro quando temos um aluno com deficiência múltipla, como os que ele atende que são surdos com

deficiência intelectual. Esse é um fator que chamou a nossa atenção. A falta de preparo para, mencionado pela participante, para a atuação de IEs com alunos que são surdos e que têm outras deficiências. Para ela, o cotidiano escolar enfrentado não é fácil e a aprendizagem vai acontecendo nele diariamente.

Sobre a falta de conhecimento da profissão dos IEs, Aguiar (2006) acredita que alguns fatores colaboram para isso, como a escassez de informações sobre o intérprete de língua de sinais, a falta de compreensão dos IEs do cenário escolar e das questões que afetam a aquisição tardia de língua e conseqüentemente de conhecimento pelo aluno surdo, a falta de formação dos IEs e a falta de formação destinada a equipe escolar para lidar e estruturar alterações necessárias para uma educação bilíngue de surdos.

Para além disso, por vezes não se é reconhecida a atividade do IE como uma profissão de fato. IE-PS complementa dizendo que sua atividade, por vezes, é atribuída como um 'dom divino' e por isso o olhar assistencial à atividade, é reflexo da ideia de certa 'compaixão' da IE ao sujeito surdo 'auxiliado' por ela. Isso desqualifica, ao ver da participante, e despontecializa os compromissos de trabalho do IE, não como ação pela 'afeto' ou a 'compaixão', mas comprometida com a ética profissional e com rigor que confere a categorização da atividade profissional. Sobre isso trazemos um recorte da fala da participante:

Excerto 4 - O desconhecimento das funções do intérprete no ensino fundamental II

Nessa escola que eu estava no ensino fundamental era bem difícil, a gente tem nossos ATPC que é de formação pedagógica na equipe, e a gente sempre orientava tudo, no dia seguinte ninguém lembrava nada. Quando tinha o ATPC de educação especial, os professores comentavam o seguinte: "nossa que chato", "de novo educação especial? daqui a pouco vamos ser educador especial" e era uma vez no mês. E eles não estavam nem ai, e sempre falavam "é o seu aluno" eles jogam a responsabilidade para nós, nunca é responsabilidade da escola, nunca é o aluno da escola.

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Embora a participante recorra a necessidade de afirmar sua prática profissional, menciona sentir-se sozinha em seu dia a dia, como se ela e em consequência, os alunos por ela acompanhados, estivessem alheios ao cotidiano escolar. Sobre isso, Martins (2006) aponta que a lógica inclusiva, mesmo com a entrada do IEs, produz um paradoxo, a invisibilização das diferenças e a produção de certa inclusão excludente. A autora relata a mesma sensação de nossa participante IE-PS, só que em ambiente educacional diferente, no ensino superior.

O ponto no qual fixo o olhar é: embora imprescindível a presença do ILS em sala de aula (pensando que no momento atual, com a inclusão de surdos sinalizadores, o ILS tem um papel importante: o de manter o aluno supostamente integrado na instituição), há uma aparente invisibilidade - mesmo com toda a movimentação corporal, expressiva, gestual - marcada na educação e expressa no relato que compartilhei acima. O primeiro contato do professor com o ILS é de espanto, admiração e desconhecimento. Passado um tempo, o trabalho vai ficando solitário entre ILS e o surdo: distante da sala... distante dos olhos dos professores e dos alunos... distante até da universidade que nos contrata e que, acreditando em nosso trabalho "ético", deixa em nossas mãos as ações educativas que achamos pertinentes aos surdos. Essa liberdade aparente, acaba durante a avaliação, pois descobrimos que não temos poder algum de mudança metodológica ou estrutural. Ficamos limitados às normas que igualam todas as ações gerais, incluindo as de ensino (MARTINS, 2006, p. 144).

Com isso, vemos a necessidade de reiterar a importância de relações harmônicas entre professores e intérpretes é crucial para o desenvolvimento do aluno "Se este insistir em apenas interpretar o que o professor está explicitando, sem mediar ou auxiliar, poderá ter como resultado a não compreensão por parte do aluno" (TUXI, 2009, p. 31).

Como falado anteriormente, a BNCC tem como objetivo que o aluno ao adentrar no Ensino Fundamental II esteja alfabetizado, é a partir da leitura e escrita que a criança irá desenvolver seu potencial de interpretação de texto, para que assim possa progredir nas matérias mais específicas que são inseridas nesta segunda fase, contudo, focando na alfabetização dos surdos foi apresentado diversos pontos desde a entrada do aluno sem conhecimento de libras, até a

formação dos IE que mostram as dificuldades nesse processo. Com isso, muitos alunos chegam ao ensino fundamental II sem estar alfabetizado, na fala da IE-PS podemos observar a importância de uma base bem construída para que o aluno possa progredir seus conhecimentos nos ciclos seguintes da educação básica, IE-PS atua no segundo ano do ensino médio porém, os dois alunos surdos não são alfabetizados, com isso, fica a papel dela ofertar não um serviço de interpretação, mas sim de educadora.

Excerto 5 - Interpretar x Educar

a maioria das atividades deles tem que ser adaptadas porque a língua de sinais deles é mais condimentar, é uma coisa mais caseira, eles não tem esse vocabulário que a gente aprende por exemplo na UFScar, lá a gente aprende um vocabulário totalmente acadêmico, aí vc chega pra conversar com ele é totalmente diferente, é outra realidade, a gente é formado pra atuar com surdo padrão que sabe língua portuguesa escrita e não tem outra deficiência, aí você chega na prática é outra realidade. Então na teoria a gente aprende a lidar com um perfil, mas a prática é totalmente diferente, por exemplo estratégias de tradução, a gente até usa, mas depende do caso

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Ao pensar nas especificidades da atuação do IE IE-PS relata a diferença de modo de trabalho entre os IE e os demais tipos de interpretação, percebendo o envolvimento que acontece em torno de todo ambiente escolar, e na construção da relação com todo o processo educacional que se dá ao longo do ano, o que difere dos demais trabalhos de interpretação, no qual o serviço de tradução e interpretação é contratado por um período curto. Neste caso, o IE acaba conhecendo o aluno surdo e as demandas educativas dele.

Excerto 5 - Interpretar x Educar

é totalmente diferente, se você tá em uma conferência, você está só interpretando, tem apoio, o processo é diferente, sala de aula não, vc tem que lidar com muitos fatores interpessoais, barulho, professor que não controla a sala de aula, a questão das outras deficiências, depender do

professor para executar o trabalho, é constante, e cansativo, principalmente pq vc atua sozinho na sala de aula (Entrevista IE-PS, 2022).

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Neste sentido, a fala da participante IE-PS dialoga com a pesquisa apontada por Martins (2013) ao mencionar as especificidades do campo educativo e as distinções dele em relação às demais esferas de atuação do intérprete de Libras.

Assim, pelos resultados obtidos verificamos que em campo de atuação os participantes apontam marcas específicas na atuação do IE na educação básica, no ensino fundamental, e, embora haja particularidades de cada etapa, há em comum as relações pedagógicas que enlaçam o IE, o aluno e educadores, bem como a aproximação do IE no processo de escolarização do aluno surdo.

Capítulo 4: Considerações finais a partir deste estudo

Essa pesquisa de trabalho de conclusão de curso apontou aspectos específicos da atuação do IE na educação básica. Dada a inclusão escolar como prática educativa de inserção de alunos surdos em salas comuns e a instrução primeira ser realizada na língua portuguesa, nota-se que há demandas de mediação comunicativa entre educadores, alunos surdos e alunos ouvintes. Assim, a atuação de intérpretes educacionais para alunos surdos é uma realidade na atualidade, pela lógica inclusiva e que carece de investigação para que as práticas interventivas de IE sejam adequadas ao contexto escolar.

Assim, essa pesquisa buscou inicialmente por trabalhos que fundamentassem os dilemas atuais da educação de surdos e a presença de tradutores e intérpretes como agentes de mediação entre professores, alunos surdos e o contexto escolar além disso a partir de entrevistas com IE complementamos as análises bibliográficas

que possibilitaram a construção desta pesquisas e a produção deste texto com aspectos levantados no decorrer deste trabalho. Portanto, o objetivo da pesquisa foi o de investigar os dilemas e as possibilidades da atuação de intérpretes educacionais nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, trazendo considerações da inclusão do aluno surdo na educação básica e o impacto dela na formação de tradutores e intérpretes de Libras. A pesquisa problematizou os problemas correlatos deste processo apontando três aspectos: 1) a atuação do intérprete educacional demarcando sua função diante das relações articuladas entre professor regente e IE, 2) os desafios e as possibilidades de atuação do IE na educação básica e 3) os dilemas e criações de estratégias para interação com professores e alunos surdos na escola.

Para responder essas questões no capítulo 1 realizei um levantamento bibliográfico com o levantamento de pesquisas que fundamentam a educação inclusiva, e a história da educação de surdos, a perspectiva inclusiva como política de ensino que é responsável pela emergência da presença do profissional tradutor e intérprete de Libras como promotor da acessibilidade do aluno surdo. Com isso, se faz necessário entender os dilemas que os profissionais IE têm enfrentado dentro da cena educacional. Neste capítulo ainda analisamos o documento de diretriz educativa, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que é responsável por indicar os conteúdos e metodologias para serem usadas nas escolas de ensino regular, o foco de análise foram nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Sequencialmente no capítulo 2 trouxe o procedimento metodológico de investigação usado para fazer essa pesquisa. Foi preciso realizar inicialmente um estudo histórico bibliográfico trazendo aspectos relacionados à história da educação inclusiva, e os dilemas que cercam o trabalho do IE na educação, a partir disso realizar entrevistas com profissionais intérpretes educacionais (conseguimos apenas dois) que atuam ou já atuaram dentro do ambiente escolar, isso foi importante para entendermos na prática o dia dia desses profissionais com professores e alunos surdos.

Por fim, no capítulo 3, trouxe a partir de entrevistas, as falas dos profissionais IE e os dilemas que encontramos frente a um ensino que não está de fato preparado para lidar com alunos público alvo da educação especial, vimos que existe uma falta de preparo da instituição ao receber alunos com diferenças linguísticas, como os surdos, e além disso, analisamos o papel atribuído a esse profissional IE.

Percebemos com essa pesquisa, a falta de articulação entre o sistema de ensino e a formação do IE. Isso é notável quando pensamos na apropriação do mesmo por pessoas que fazem parte do público alvo da educação especial, sem ter um conhecimento linguístico para tal atividade, ou quando temos intérpretes que atuam sem a formação e conhecimento pedagógico necessário para atuar nesta esfera. Além disso, a falta de uso da língua de sinais e o baixo conhecimento sobre as atividades demandadas desse contexto em que IEs atuam, são fatores que prejudicam o aluno surdo e conseqüentemente afetam uma grande etapa de seu desenvolvimento escolar.

Para atuar frente a esses dilemas que encontramos no trabalho do IE percebemos a importância do acompanhamento e relação de co-docência entre professores e IE no processo do pensar o preparo das aulas, de modo que atenda e inclua os alunos surdos matriculados em escolas de ensino regular.

Além disso, para um bom desempenho do IE percebemos a necessidade dos cursos superiores e de extensão pensar na atuação desses profissionais nos anos iniciais do ensino fundamental, pois mesmo que não seja o ideal, é por meio deste profissional que tem sido oferecida a acessibilidade nos espaços educacionais.

A proposta de estudo neste trabalho intenta provocar o leitor a refletir sobre o modelo de ensino disposto em escolas públicas e o fazer do IE, o papel que lhe é imposto e de fato, a função que ele executa, diante de métodos de ensino pensado para pessoas ouvintes, promovendo inquietações sobre o seu fazer. Toma-se o IE como agente educativo que para além do auxílio da acessibilidade comunicativa, promove encontros e aprendizagens aos alunos surdos. Assim, vimos a necessidade de uma formação especializada para o contexto educacional, além da

importância de compreender a relação entre ele e professores regentes, entender o tema torna relevante a discussão de métodos que respeitem todos os envolvidos nesse processo educacional. Esperamos que tais saberes disseminados neste TCC possam auxiliar diretamente na formação de IE e nas suas práticas interpretativas e educativas com alunos surdos em contexto de inclusão escolar.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** MEC/CONSED/UNDIME. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 20. set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro 2008. Regulamenta a Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996, que dispõe o atendimento educacional especializado. Brasília. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93163/decreto-6571-08> . Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DE LUCCA, E. **Apropriação da Libras por estudantes do curso de tradução e interpretação em Libras/ Língua Portuguesa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP). Universidade Federal de São Carlos, 2020.

LACERDA, C.B.F.de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação** (FaE/PPGE/UFPel: Pelotas, 2010, pp. 133-153.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MARTINS, V. R. O. **Intérprete ou professor:** o papel do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva de alunos surdos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia em Educação Especial - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 14 set. 2022.

_____. Intérprete de língua de sinais, Legislação e Educação: o que temos, ainda, a “escutar” sobre isso. **ETD (Educação Temática Digital):** Cuerpo, Lenguaje y Enseñanza. Vol. 8, 2007. pp. 171-191. Disponível em: <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=407&layout=abstract> Acesso em: 01 jul 2012.

_____. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais:** Relações de poder e (re) criações do sujeito. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas/SP, 2008.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-mestre:** desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

_____. & SOUZA, R. M. de. Intérprete de língua de sinais educacional, para além de um instrumento: um rádio (inter) ativo? In: BEHARES, E. L. (Org.). **LSI:** Lengua de Señas e interpretación. Montevideo. Nº 2, 2011.

NASCIMENTO, L. C. R. A pedagogia visual na educação dos surdos: das possibilidades à realização. In: SALES, J. A. M. de, FARIAS, I. M. S., et. al. Didática

e a prática de ensino na relação com a sociedade. Fortaleza: EdUECE, 2015. (recurso digital).

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

TACCA, M.C.V.R. (Org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas: Alínea, 2006

TUXI, Patrícia. A atuação do intérprete educacional no Ensino Fundamental. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade de Brasília. 2009.

PEIXOTO, R.C. **Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda**. In Cadernos CEDES. Educação, surdez e inclusão social. Campinas, vol. 26, n. 69, p. 113-280, maio/ago.2006.

ANEXO I - Entrevista semi-estruturada

Quanto tempo você atua como intérprete?
Em qual/quais ano/os da educação básica você atuou?
Qual período foi o mais difícil?
Teve dificuldades em sala de aula, se sim qual?
Como resolveu esse problema?
Como era sua relação com o professor?
O aluno sabia Libras?
O aluno era filho de pais ouvintes ou surdos?
Você percebe diferenças importantes em interpretar em sala de aula e em outras áreas? Quais?
Teria alguma experiência importante, alguma cena que gostaria de compartilhar comigo que traga especificidades, dilemas, desafios do contexto educacional, do nível de educação em que você atua?
O que acha importante constar na formação de intérpretes que são elementos importantes para a área da educação e que você sentiu falta na sua formação?

ANEXO II - Parecer consubstanciado do cep



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desafios e possibilidades da atuação de intérpretes educacionais para a inclusão de alunos surdos na educação básica

Pesquisador: Vanessa Regina de Oliveira Martins

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57585522.0.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.526.323

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1925953.pdf, de 27/06/2022).

A acessibilidade linguística de surdos no campo da educação inclusiva tem sido suprida pela atuação de intérpretes educacionais. Todavia, a literatura aponta os desafios da atuação desse profissional na educação básica que vai desde a falta de formação específica destes sujeitos, à não compreensão do campo de atuação, do espaço de intervenção educativa, dos serviços que devem compor o ofício e a função efetiva deste profissional, na mediação linguístico-pedagógica de alunos surdos. Dessa forma, essa pesquisa objetiva desenvolver um estudo reflexivo e descritivo sobre a atuação de intérpretes educacionais na educação inclusiva de alunos surdos no ensino fundamental: anos iniciais e anos finais. A pesquisa será realizada como requisito obrigatório para o trabalho de conclusão de curso do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (TILSP) na Universidade Federal de São Carlos - obrigatório para a conclusão deste curso. Para a investigação faremos o estado da arte de pesquisas que fundamentam os dilemas atuais e as possibilidades criativas destes profissionais no campo educacional, bem como faremos entrevistas com quatro intérpretes que atuam ou atuaram na educação básica, sendo dois nos anos iniciais e dois nos anos finais. Pretendemos, com os dados

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1925953.pdf	27/06/2022 17:02:14		Aceito
Outros	Declaracao_Associacao_Surdos.pdf	27/06/2022 17:01:57	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao_01_2022.pdf	27/06/2022 16:59:36	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_Versao_2_Ajuste_Parecer_conversa_interpretes_Luiza.pdf	27/06/2022 16:58:21	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_assinada_cech.pdf	05/04/2022 14:02:50	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_toc_luiza.pdf	05/04/2022 14:01:26	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_conversa_interpretes.pdf	05/04/2022 14:00:08	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito
Cronograma	cronograma_pesquisa.pdf	05/04/2022 13:58:51	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 13 de Julho de 2022

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))